

"Quando apuros e problemas vêm em nossa direção, lembre-se de que o único caminho em direção ao topo da montanha é através do vale."

(Zig Ziglar – Livro Razões para sorrir)

A Justiça e o Direito nos jornais desta semana

De acordo com o jornal **O Estado de S. Paulo**, o Supremo Tribunal Federal fará audiência pública sobre políticas de ação afirmativa para reserva de vagas no ensino superior, as chamadas cotas. O debate durará três dias, com participação de 38 especialistas de associações, movimentos sociais e entidades. O ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, Edson Santos, acompanhará o evento.

Júri Popular

O acusado de matar a missionário Dorothy Stang, Reginaldo Pereira Galvão, será julgado no próximo dia 30 de abril. O crime aconteceu em fevereiro de 2005. **O Estado de S.Paulo** afirmou que ele é o único dos cinco réus que não enfrentou júri popular. Desde fevereiro do ano passado, quando obteve um Habeas Corpus em segunda instância, Galvão aguarda o julgamento em liberdade.

Legislativo caro

A **Folha de S.Paulo** fez uma pesquisa que constatou que o Legislativo do Distrito Federal é o mais caro do país. O veículo apontou que o custo de cada deputado distrital será de R\$ 14 milhões em 2010. Ainda assim, a direção da Câmara Legislativa do DF afirma que o orçamento da instituição para 2010 diminuiu na comparação com o ano anterior. Depois do Distrito Federal, os legisladores que custam mais proporcionalmente são os de Minas Gerais (R\$ 10,3 mi) e Santa Catarina (R\$ 8,2 mi).

Informações públicas

A **Folha** ainda apontou a declaração de Melanie Ann Pustay, responsável por divulgação de informações públicas nos EUA. Ela afirmou que o acesso a dados deveria virar lei. Para a americana, a possibilidade de sigilo por prazo indefinido prevista em projeto de lei enviado ao Congresso não é prejudicial e serviria para população cobrar governo.

Congresso desaprovado

Apenas 14% de 2.623 pessoas aprova a atuação do Congresso, segundo levantamento do Datafolha. A pesquisa mostra que 39% acham que é apenas regular, e outros 39% dizem que a performance dos parlamentares brasileiros é ruim ou péssima. A melhor avaliação partiu dos pesquisados que têm simpatia pelo PMDB: 20% consideram o desempenho como ótimo ou bom.

Plano econômico

De acordo com o jornal **DCI**, o Supremo Tribunal Federal pode discutir questão referente ao direito dos consumidores às perdas financeiras decorrentes dos planos econômicos Cruzados, Bresser, Verão, Collor I e Collor II. Isso porque o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcante, insiste em uma audiência pública. Estima-se que existam cerca de 700 mil na Justiça de todo o país — que reivindicam a reposição dessas perdas.

Acordo empresarial

Na próxima quarta (3/3), a Votorantim deve assinar um Acordo de Preservação da Reversibilidade da Operação, no caso da compra de participação na cimenteira portuguesa Cimpor. O acordo é o resultado de algumas reuniões entre o conselheiro Vinícius Carvalho, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a Votorantim. A assinatura deve acontecer durante a na 462ª Sessão Ordinária de Julgamento do órgão. As informações são do **DCI**.

Sem indenização

A construtora Mendes Júnior não receberá indenização de mais de R\$ 1 trilhão da Companhia Hidrelétrica do São Francisco. A construtora moveu uma ação por supostos prejuízos decorrentes das obras da hidroelétrica de Itaparica, construída na década de 80. De acordo com o **DCI**, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região reverteu a sentença da Justiça Federal em Pernambuco que havia condenado a Chesf a indenizar a empreiteira.

Retenção de autos

O **DCI** também informa que um juiz de Goiânia encaminhou um ofício para o Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil para que a entidade tome medidas administrativas cabíveis contra um advogado. O motivo seria de que ele reteve os autos de um processo por três meses. O advogado pegou o processo em 12 de novembro do ano passado e só o devolveu ao cartório em 8 de fevereiro.

Venda casada

Venda casada de plano de capitalização com fornecimento de crédito está proibida para a C&A Modas Ltda. e a IBI Administradora e Promotora Ltda. Segundo o **DCI**, o Superior Tribunal de Justiça negou recurso interposto pelas empresas contra sentença do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.



Receita tem novo portal para declaração do IR

Um novo portal de Declaração do Imposto de Renda, mais fácil de usar, foi disponibilizado pela Receita Federal neste ano. Dividido em quatro partes — Declaração, Pagamento, Situação da Declaração e Restituição —, o portal traz o passo-a-passo do preenchimento da declaração para que o contribuinte possa agilizar o processo. A informação é da *Agência Brasil*.

No capítulo Declaração é possível fazer o download do programa gerador do Imposto de Renda para todos os sistemas operacionais disponíveis. Segundo Maria Helena Cotta Cardozo, coordenadora-geral de Atendimento e Educação Fiscal, a idéia é oferecer um conteúdo específico ao contribuinte e não informação dispersa pelo site da Receita Federal.

Segundo ela, as informações no modelo antigo concentravam o contribuinte só na declaração e, como os erros são inevitáveis, agora será possível acompanhar o andamento da declaração e consertar os erros mais rapidamente, de modo a não cair na malha fina.

"No ano passado, 63% saíram [da malha fina] depois de terem feito retificações ao constatar algum tipo de erro. Essas ferramentas são um novo modelo para que ele possa entregar e acompanhar todo o processo, resolver suas pendências."

O novo modelo de atendimento da Receita Federal pretende trazer mais transparência e permitir que o cidadão seja mais ativo fazendo a regularização da declaração e menos passivo no relacionamento com o fisco.





Com a autorregularização, a Receita espera também ter mais pessoal disponível para atuar em outros setores e acompanhar os processos contra grandes contribuintes.

O número de contribuintes que cometem erros ao preencher a declaração ainda é elevado. No ano passado, por exemplo, o medo de cair na malha fina ou de não receber a restituição até o final do ano, como chegou a ser divulgado no último trimestre de 2009, levou um número muito alto de contribuintes a fazer a retificação em outubro. O crescimento foi de 408,4% em comparação ao mesmo período do ano anterior, passando de 55,532 mil para 261,493 mil.

A apreensão do contribuinte continuou nos meses subseqüentes, chegando em novembro a 262,5% e em dezembro a 151,9% na comparação também com os mesmos meses de 2008. Até então, maio havia sido o mês no qual ocorreu o maior percentual de retificações, logo após o prazo final da entrega da declaração. Geralmente, o contribuinte envia a declaração faltando dados irrelevantes só para não perder o prazo e ter de pagar multa e depois faz a correção.

Os números mostram também que muitos contribuintes não tomam certos cuidados na hora de preencher a declaração e, mesmo depois, não procuram observar melhor os dados enviados, usando os mecanismos disponíveis no site da própria Receita Federal. Com o novo portal, eles poderão acompanhar todo o ciclo da sua declaração e corrigir os erros.

Previsão do Tempo: 4 dias

<p>TERÇA 02/03/2010</p> <p>24°C 16°C</p>  <p>Nublado o dia todo, com chuva de manhã e à noite.</p>	<p>QUARTA 03/03/2010</p> <p>26°C 17°C</p>  <p>Sol com muitas nuvens durante o dia.</p>	<p>QUINTA 04/03/2010</p> <p>28°C 17°C</p>  <p>Sol com muitas nuvens durante o dia.</p>	<p>SEXTA 05/03/2010</p> <p>29°C 18°C</p>  <p>Sol e aumento de nuvens de manhã.</p>
--	---	---	---

LIVROS NOVOS

- 347.954 / S287s - SCARTEZZINI, Jorge Tadeo Goffi Flaquer. Suspensão de segurança:** de acordo com a nova Lei do Mandado de Segurança (Lei 12016/2009). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. 173 p. ISBN 9788520335734
- 347.9 / D556c / 12ed. / V.1 - DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil:** Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento. 12ed. Salvador: Jus Podivm, 2010. V.1. 618 p. ISBN 8577612600.
- 347.7(094.4) / C672c / 9ed. - COELHO, Fábio Ulhoa. Código Comercial e Legislação Complementar Anotados.** 9ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 1282 p. ISBN 9788502090408.
- 347.9 / M339c / 4ed. / V.1 - MARINONI, Luiz Guilherme. Teoria Geral do Processo.** 4ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. V.1. 524 p. (Curso de Processo Civil). ISBN 9788520336243.

Conheça também: Infobiblio Dicas culturais, Variedades e Biografias